

## DE UMA PASTA DE VELHOS RECORTES

### BOSQUEJO DA PRODUÇÃO HISTÓRICA RECENTE NO BRASIL \*

E. COORNAERT

Os aviões atravessam agora num dia o Atlântico sul; navios rápidos aproximam cada vez mais a França do Brasil; as notícias de nossa terra têm aí imediata repercussão. Relações intelectuais antigas e profundas selam e mantêm viva uma amizade tradicional. No entanto - bastará lembrar a compenetração recíproca dos meios científicos franceses e americanos do Norte, a permuta de livros e idéias com os Estados Unidos e Canadá - nossas relações com o Brasil, tão próxima de nós pelo espírito, são evidentemente insuficientes.

Existe em verdade uma corrente intelectual entre os dois países, mas em sentido único. Nem isso talvez! Os brasileiros conhecem

---

(\*) O historiador francês E. Coornaert foi o primeiro professor da Cadeira de História da Civilização, contratado na Europa pelo Professor Teodoro Ramos em 1934 para a então recém-criada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Infelizmente não pôde permanecer no Brasil além do segundo semestre daquele ano, sendo substituído, no ano seguinte, pelo Professor Fernand Braudel. Embora pouco permanecendo em nosso país, demonstrou profundo interesse pela literatura histórica brasileira recente (na época) a ponto de escrever o presente estudo, destinado a uma revista francesa, mas enviado, antes, ao jornal "O Estado de S. Paulo" para uma prévia publicação em nosso país, o que ocorreu em quatro números do conceituado matutino (dias 27 e 31 de março e 2 e 3 de abril de 1936). A publicação foi precedida de significativa nota da redação, na qual se lê: "Espírito dos mais ilustres da nova geração de professores superiores franceses, evidencia o articulista, a par de perfeito conhecimento de nossa vida intelectual, notável segurança na análise e profunda compreensão do nosso meio".

bem nossa literatura, mesmo a mais recente; os melhores informados acompanham nosso trabalho histórico; mas de tão longe! É um pouco ao acaso. Pois não se surpreendia um moço inteligente ao saber, em 1934, que Taine já fora largamente superado? Em todo o caso a corrente nada nos traz de volta. Com exceção de um rápido artigo do sr. Oliveira Viana, na “*Révue d’histoire des colonies françaises*”, quantas pessoas terão lido, em França, trabalhos históricos de brasileiros? No entanto, tais trabalhos, naturalmente de extrema diversidade, nos forneceriam em abundância elementos interessantes tanto para a história colonial como para a história geral, política, econômica, intelectual e artística.

Desejaríamos aqui, embora sem pretender à difícil ambição de levantar o quadro exaustivo da produção desse mundo que, sozinho, o Brasil representa, dar pelo menos, uma idéia da atividade histórica das regiões de Rio e São Paulo durante os anos mais recentes.

Participando há três séculos da vida intelectual da Europa e desde o século XVIII da França, a elite brasileira impregnou-se de sua tradicional predileção pela história. O fervor da independência política coincidiu, na primeira metade do século XIX, com a renovação dos métodos históricos; o Brasil viu, então, surgirem por toda parte “Institutos” cujo labor disperso já lhe deu uma literatura em verdade desigual, como a das nossas “sociétés savantes”, mas cheia de elementos preciosos. Pouco a pouco novas regiões se enriqueceram e o conjunto do país adquiriu uma consciência cada vez mais nítida de sua individualidade. Estendeu-se o gosto pelo passado, acrescido pelo desejo de medir os progressos realizados. Hoje extensa rede de estudiosos, desde as antigas regiões “históricas” do Norte até as zonas mais novas do Sul, dos Institutos de Pernambuco, Ceará e Bahia aos de São Paulo e Rio Grande, passando pelo do Rio de Janeiro, realiza trabalhos de pesquisas, algumas das quais realmente excelentes.

As publicações do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Rio) e as do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo são as mais importantes. O primeiro, fundado em 1838, foi definido por um escritor brilhante e apaixonado de história como sendo não só “a mais austera das sociedades sábias do nosso país”, mas também “o próprio centro intelectual de nossa nacionalidade”. Sua revista constitui uma série imponente de cerca de 170 grandes volumes, de extrema diversidade, alguns dos quais

grandemente ilustrados, como o volume 165 referente ao Convento de São Francisco, na Bahia. O Instituto, que conseguiu reunir uma biblioteca de mais de 80.000 volumes e verdadeiros tesouros de arquivos e mapas antigos, tomou a iniciativa de congressos históricos, tendo o “Segundo Congresso de História Nacional” em 1931, consagrado ao período 1831-1840, dado lugar a trabalhos publicados pelo Instituto. O primeiro volume, saído em 1934, contém estudos notáveis, interessantes para a história interna, mas também para a história do movimento das idéias e o papel da imprensa, que são de interesse geral.

O Instituto Paulista data de 1894. Com todo o ardor da mocidade, que caracteriza São Paulo, já realizou boa obra. Sua revista conta trinta volumes de assuntos históricos - política, guerra, vida intelectual, arte antiga e às vezes também geográfico-políticos ou etnográficos e linguísticos. Nos últimos volumes vários artigos são excelentes. Alguns mesmo são de uma erudição, sem esperança de brilho, como certos quadros estatísticos das concessões agrícolas da época colonial, que bem demonstram, a par de patente sagacidade, meritória modéstia.

Esses Institutos reúnem número considerável de pesquisadores. Prestam-lhes o serviço de criar-lhes um público e uma atmosfera favorável à evocação do passado. E, unido ao ardor conquistador desse povo jovem, o cuidado das tradições longínquas patenteia o gosto pela cultura, testemunho de já antiga dignidade intelectual e penhor seguro de rápidos progressos no futuro.

Povo jovem; arquivos e documentos recentes. Sim, mas é mérito particularmente louvável tê-los conservado em grande número. Pois não se pode falar do trabalho histórico no Brasil sem assinalar a dificuldade da conservação dos arquivos e bibliotecas, que os insetos devoram literalmente. Os pacotes de documentos estão aglutinados em cubos que parecem compactos; quando se destacam as folhas, com delicada paciência, assemelham-se a rendas leves, a folhas de árvores comidas, de que só sobrasse a nervura. O mais das vezes são elas colocadas sobre ou entre folhas de papel transparente. Desinfetados embora, e guardados da melhor maneira, todos os registros e pacotes de arquivos devem ser inspecionados várias vezes por ano. Que o país ainda disponha de tanto material antigo, eis um milagre de sua paciência e engenho.

O trabalho dos historiadores esbarra noutro obstáculo comum a toda a atividade humana nesse país ilimitado: as distâncias. Mas as coleções de documentos começam já a pôr mais facilmente os materiais à disposição dos que habitam as grandes cidades.

Ao lado dos institutos relativamente especializados, outras associações, dedicando-se a tarefas mais vastas ou restritas, prestam ao trabalho histórico colaboração importante. Bem em primeiro lugar, pela sua projeção própria e qualidade dos trabalhos que patrocina, vem a Academia Brasileira, que há cerca de doze anos está editando uma biblioteca de clássicos compreendendo uma seção de literatura e uma de história, biblioteca a que foi dado o nome de Afrânio Peixoto, o eminente diretor da coleção. Associações particulares representam igualmente importante papel. Em homenagem ao seu falecido mestre, cujo nome voltaremos a citar, os amigos de Capistrano de Abreu formaram uma sociedade que empreendeu a publicação das obras hoje raras ou dos artigos do escritor venerado. É necessário assinalar ainda os Mecenas isolados, um Paulo Prado, historiador ele mesmo e dos mais ativos elementos da Sociedade Capistrano, que, em homenagem a seu tio Eduardo Prado, um dos homens que melhor estudaram a história do país, provocou a publicação de uma série de textos antigos. Por outro lado a ação de certos Estados e cidades se fez sentir com eficácia. As mais decisivas foram certamente as do Estado e cidade de São Paulo, iniciadas pelo antigo presidente Washington Luís e continuadas pelos seus sucessores. É ainda preciso admirar os “voluntários” da história, que, à força de esforços vários, conseguiram trazer à luz documentos mais ou menos numerosos. Entre eles, o primeiro lugar cabe sem dúvida ao incansável diretor do Museu Ipiranga, de São Paulo, sr. Afonso de Escragnolle Taunay, descendente de família francesa estabelecida no Brasil desde o princípio do século XIX.

Das coleções de documentos assim publicados, as mais consideráveis são as de São Paulo. A série mais antiga, “Documentos interessantes para a História e Costumes de São Paulo”, foi iniciada pelo Arquivo do Estado em 1894; conta hoje 54 volumes cuja espessura é tão variada quanto o conteúdo. Geralmente referem-se a um assunto único; concernem quase todos ao século XVIII. Nele se encontra toda espécie de informações, mesmo textos relativos à viagem de La Pérouse e outros navegantes aos portos brasileiros.

Outra série, a dos “Inventários e Testamentos” (27 volumes publicados em 1920 e 1921), contém atos de 1578 a 1758. Esta coleção esclarece admiravelmente a vida econômica e social da região de São Paulo na época colonial. Não raro é preciso escolher: quase todas as linhas do texto têm seu sentido. O mesmo ocorre com os dois volumes de Sesmarias, publicados igualmente em 1921, que contém os atos de concessão de terras devolutas de 1602 a 1728. Os Arquivo do Município de São Paulo publicou de 1917 a 1923, em vinte volumes, o “Registro Geral” da Câmara Municipal, cujos atos se estendem de 1583 a 1830, datando a grande maioria - desde o tomo III - do século XVIII. Eram, no início quase unicamente concessões de terras e provisões de ofícios. Foi, a seguir, registrada grande quantidade de regulamentos municipais como, por exemplo, os referentes à circulação dos cavalos que iam do sul para Minas, à quarentena dos negros chegados da África, às corporações, etc.; é uma mina inesgotável. O título da outra série, “Atas da Câmara Municipal”, já indica a diversidade dos elementos que contém.

É preciso proclamar bem alto o mérito que tiveram os administradores públicos em tornar acessíveis tais documentos sempre ameaçados. A rapidez e o caráter massivo desses trabalhos demonstram também louvável zelo. Na verdade essas qualidades têm seus reversos: os textos são amontoados, sem sumários e (há apenas algumas exceções nos primeiros volumes) quase sempre sem anotações. Os próprios índices, quando existem, são insuficientes. Entretanto, e isso justifica os editores e honra os pesquisadores brasileiros, essas preciosas minas de informações já foram largamente exploradas.

\*

As outras coleções de documentos, de que falamos, são trabalhos de apresentação bem diferente.

A Academia Brasileira procura principalmente tornar conhecidas as fontes mais longínquas da história nacional. Iniciou sua série de textos históricos pelo “Tratado da Terra do Brasil” e “História da Província de Santa Cruz”, de Gandavo. Sendo os viajantes franceses, como Jean de Léry, de quem P. Gaffarel nos deu uma edição anotada, facilmente acessível ao público brasileiro, publicou, a seguir, a tradução

de um viajante alemão, Hans Staden, cujo original apareceu em Marbourg em 1557. Hans Staden preocupa-se principalmente com a descrição dos costumes dos índios que o haviam feito prisioneiro e quase comido. A reedição comporta fac-similes das gravuras originais do século XVI, tão primitivas quanto os personagens que as inspiraram, e, sobretudo, um excelente texto crítico de Teodoro Sampaio, um dos melhores conhecedores da história e línguas dos índios do Brasil. Foi editado, a seguir, um livro célebre, cujos manuscritos foram encontradas através de múltiplas dificuldades e cujo anonimato parece ter sido desvendado pelo seu último comentador, o sr. Rodolfo Gracia. Este sábio de primeira ordem, tão modesto quanto sábio, atualmente diretor da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, enriqueceu, graças a seu espantoso conhecimento das mais variadas publicações, o livro com admiráveis notas que abrem novas perspectivas sobre o Brasil do século XVI, tanto do ponto de vista literário e científico, como do ponto de vista histórico.<sup>1</sup>

Em 1933 saíram três volumes de cartas e documentos dos jesuítas estabelecidos no Brasil. Os textos, que em boa parte eram inéditos, apesar de antigos projetos de publicação, vão de 1549 a 1594. Os jesuítas portugueses, entre os quais Nóbrega e Anchieta, principalmente este, considerado a um tempo santo e herói nacional, representaram papel capital na formação do Brasil. Sua história, cujos traços não foram ainda fixados pormenorizadamente, interessa a todos os brasileiros curiosos de conhecer as origens de seu país. Por isso são tais documentos - os mais próximos da realidade cotidiana do século XVI - de interesse inestimável. Qualifica-os o sr. Afrânio Peixoto de "essenciais à ética brasileira". Rodolfo Garcia e Antônio de Alcântara Machado, que um destino trágico roubou à admiração e amizade de todos os meios cultos do Rio e de São Paulo, deram, depois de um comentador antigo, excelente aparelhamento crítico a essas cartas.

Na série "Eduardo Prado, para melhor se conhecer o Brasil", apareceram de 1922 a 1929 uma reprodução fac-simile da "Histoire de la Mission des Pères Capucins en l'Isle de Maragnan", de Claude d'Abbeville (1614), as "Visitações" da Inquisição na Bahia" (2 vols.) e Pernambuco, cujos originais se encontram na Torre do Tombo, e o "Diário da Navegação

<sup>(1)</sup> Trata-se dos **Diálogos das Grandezas do Brasil**, dos quais a edição da Academia foi realmente a primeira tirada em livro (1930).

de Pero Lopes de Souza” (1530 a 1532). Os três primeiros volumes foram prefaciados por Capistrano de Abreu; Rodolfo Garcia anotou a obra de Claude d’Abbeville e prefaciou a “Visitação” de Pernambuco bem como o “Diário” de Pero Lopes, que o sr. Eugênio de Castro tão bem comentou. São, todas, publicações do mais alto interesse, apresentadas de maneira rigorosamente científica.

De preparação mais rápida, embora de utilidade não menos incontestável, são os conjuntos numerosos e variados publicados por Afonso de Taunay. Especialista na história de São Paulo, reproduziu nos “Anais do Museu Paulista” textos colhidos nos arquivos europeus. Também extraiu dos arquivos da Bahia e principalmente do Rio, numerosos documentos de interesse geral para o Brasil.

Reeditou ele, também, antigas obras impressas de valor capital, como sejam as “Informação sobre as minas de São Paulo” e a “Expulsão dos jesuítas do Colégio de São Paulo”, de Pedro Taques de Almeida Paes Leme, precedidas ambas por judicioso e erudito estudo sobre a obra, extensa mas sem espírito crítico, desse autor do século XVIII, preocupado com a glorificação de seus principais contemporâneos. Estudioso de toda a história brasileira, o sr. Taunay revelou ou ressuscitou outros documentos de interesse geral.

Como se vê, as tarefas preparatórias ao trabalho histórico são empreendidas com zelo e facilitam rapidamente o aproveitamento dos materiais necessários. E de tais tarefas se encarregam, o mais das vezes, com verdadeira abnegação, homens perfeitamente capazes, eles mesmos - como o veremos com a maioria deles - de aproveitá-las utilmente.

Em verdade, os documentos que acabamos de mencionar são do mesmo gênero dos que se utiliza a história de todos os países. Mas o Brasil é a um tempo “país novo” e país ligado ao continente antigo. Deste lhe vieram numerosos observadores, cujas narrativas são o eco de uma vida longínqua, comum às metrópoles abandonadas e aos países em vias de formação, e ainda testemunhos diretos desta própria formação. Daí comportarem as fontes de sua história, em número bastante elevado, elementos de um gênero relativamente maior do que nos nossos países velhos. Já assinalamos alguns, seja de passagem, como Jean de Léry, ou Claude d’Abbeville, sem falar de Thevet, cuja “Cosmografia Universal”, muitas vezes discutível, figurava na exposição Calvin, da Biblioteca

Nacional em 1935, seja mais longamente, como de Hans Staden. O Visconde de Taunay revelou-nos a lista importante nos “Estrangeiros ilustres e pretimosos no Brasil, 1800-1892”, obra editada há pouco pela Cia. Melhoramentos de São Paulo. A Companhia Editora Nacional, de São Paulo, reeditou, numa coleção “Biblioteca Pedagógica Brasileira”, de que voltaremos a falar, grande número de textos de viajantes antigos. O sr. Taunay, o historiador atual, reuniu nos “Visitantes do Brasil colonial” narrativas e notas de alguns viajantes que diligentes estudos acompanham muitas vezes até plagas bastante afastadas do Brasil, como as da Índia ou Rússia. Apresentou-nos também um holandês, Olivier van Noord (1559), um jesuíta irlandês, Ricardo Flekno (1648), que deixou uma descrição rápida, porém interessante, do Brasil; um francês, De La Flotte, cujos “Ensaio históricos sobre a Índia” apareceram em Paris em 1759 (a propósito, assinale-se a passagem das esquadras de Lally-Tollendal e conde de Aché pelo Rio, em 1751; um inglês, J.G. Temple (1797), cujas múltiplas peregrinações são mais conhecidas. Traduziu, ainda, a “Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas e a São Paulo”, de Saint-Hilaire, o sábio botânico francês que viajou pelo Brasil de 1816 a 1822 e cujas narrativas são a base mais segura e extensa de nosso conhecimento do Brasil de outrora. A seguir, e na mesma coleção, sob o título de “Viajantes do Primeiro Império”, o sr. Cândido de Melo Leitão, sábio naturalista que descansou da ciência escrevendo história, para seu passatempo e nosso, proveito, reuniu em ordem geográfica notas de numerosas viajantes, entre os quais anotaremos Dupetit-Thouars, Darwin, Louis de Freycinet, Jacques Arago, Bougainville e outros. Entre estes é preciso mencionar toda uma série de pintores de origem européia, cujas obras constituem documentação de primeira ordem.

Além dos documentos escritos, grande quantidade de testemunhos se oferece à história e pode alargar-lhe os domínios. É, mais do que alhures, o caso do Brasil; o meio físico e humano aí fornece às forças diversas, cujo entrelaçamento constitui a trama da história, condições diferentes da do nosso continente, humanizado de há muito e, apesar dos mais evidentes antagonismos, mais unificado e homogêneo do que esse Estado tão vasto, sozinho, quatro quintos da Europa.

É necessário ter percorrido esse país - algumas partes desse país imenso - ou, melhor, ter voado por cima dele durante horas para imaginar a que ponto as relações do homem com a terra podem ser

diferentes do que são na Europa. Em França, particularmente, nossos pequenos cantões, nitidamente individualizados, prestam-se a sofrer a ação do homem, tornam-se realmente a sua coisa; no “plateau” paulista, de horizontes ilimitados, em que qualquer relevo parece abolido, bem como nos espaços sem fim em que se sucedem os morros de Minas Gerais, como o homem parece pouca coisa! Mesmo quando consegue substituir pelo “oceano do café” o oceano da floresta, ele se encontra como absorvido pela sua própria conquista. A natureza é menos docil do que na Europa e suas forças pesam mais fortemente sobre a ação humana.

\*

Mas o homem mesmo não será sensivelmente diferente de nós? Nesse país onde se misturaram populações tão diversas, suscita ele fatalmente curiosidades mais precisas. E o que é a própria sociedade, nesta terra em que a pré-história se encontra ao alcance da mão, quase por toda a parte e o agrupamento dos homens, muito disparatado, pouco estorvado pelas tradições, se volta livremente para o futuro?

Por isso o trabalho histórico está aí, mais do que aqui, intimamente encaixado na rede das ciências cujo objeto é a atividade exterior dos homens. Assim, a geografia: o desenvolvimento da cultura do café, por exemplo, deu azo a um folheto muito interessante do sr. Taunay sobre “A propagação da cultura cafeeira” e os próprios historiadores encontrarão notas dignas de serem retidas em certas narrativas de viagem ou exploração como a “Amazônia que eu vi”, de Gastão Cruls. Assim a etnografia, mas seria forçoso citar a maior parte das obras de Roquette Pinto, o conservador do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Assim, e principalmente, a sociologia - e aqui deparamos com a tentação mais forte, em verdade natural, e a mais perigosa para os que escrevem história no Brasil. O desejo de realizar obra prática, o treino das vastas generalizações, devem levar o escritor a associar demasiado intimamente a sociologia à história, a ponto de comprometê-la com pontos de vista sistemáticos.

A este último gênero de publicações se ligariam os três estudos de Oliveira Viana, editados na “Biblioteca Pedagógica Brasileira”: “Raça e Assimilação”, “Populações meridionais do Brasil” e “Evolução

do povo brasileiro” que se aproximam progressivamente da história. Para dizer a verdade, teríamos não raro oportunidades de estar em desacordo com o autor. Não aceitaríamos suas idéias sobre as raças (dá, por exemplo, um crédito discutível a Lapouge); não aceitaríamos, senão com muitas restrições, a definição de história que colhe em Ranke e Mommsen: “a mãe e a amante da política”. Mas livros como esses, de informações extremamente abundantes - às vezes mesmo super-abundantes - contém muitos elementos úteis ao historiador, que deles não pode deixar de utilizar-se. De resto, o autor sabe muito bem articular o assunto e a precisão de suas idéias pessoais e permite discriminá-las facilmente.

À mesma categoria de trabalhos - fazem parte, aliás, da mesma coleção - devem ser subordinados dois livros dedicados aos negros do Brasil: “Os africanos no Brasil”, do dr. Nina Rodrigues, professor da Faculdade de Medicina da Bahia, e “O negro brasileiro”, do dr. Artur Ramos, professor da mesma Faculdade, são estudos muito interessantes de etnografia e folklore, embora de uma riqueza um tanto confusa talvez. O primeiro contém mais história, principalmente em relação ao período que precede o século XIX; o segundo comporta muitos fatos e considerações dignas de reflexão, embora demasiado impregnadas de um “freudismo” ainda em moda no Brasil.

Com bastantes preocupações etnográficas, leves pinceladas de sociologia, porém com um parentesco mais íntimo com a história econômica, apresentam-se as “Populações Paulistas” do sr. Alfredo Ellis Júnior. Não temos certeza de que suas estatísticas não tenham sido, às vezes, um tanto simplificadas, mas ainda assim pode o historiador colher nelas informações úteis.

Embora as relações com a história e disciplinas afins sejam estreitas, o trabalho histórico, mais ou menos especializado, não deixa de prosseguir dentro do mesmo espírito deste lado do Atlântico. Todas as épocas interessam, sendo os períodos mais importantes o da proclamação da independência (1822), que separa o “Brasil colonial” do Império, e o advento da “primeira” República, a que durou até 1930.

Obras muito interessantes concernentes ao Brasil colonial foram publicadas ou reeditadas nestes últimos anos.

Em primeiro plano deve colocar-se a reimpressão da “História Geral do Brasil” (até 1822), de F. A. Varnhagen, Visconde de Porto

Seguro. A obra tem quase setenta anos já, mas o autor a trabalhara não somente no Brasil como ainda em todos os arquivos importantes da Europa; revira-a em vida, tornando-a a soma mais completa da história do país, principalmente da história política antes da Independência. A quarta edição, que acaba de ser publicada pelo sr. Rodolfo Garcia, é por assim dizer uma obra nova. Modificou-lhe radicalmente o plano geral; enriqueceu-a com um número considerável de notas de Capistrano de Abreu e dele próprio. A espantosa riqueza, a extrema diversidade desse aparelho crítico, que revela no sr. Rodolfo Garcia um historiador muito bem informado e de admirável sagacidade, um sábio, mais do que ninguém a par da literatura histórica e científica da Europa e da América, fazem da “História Geral” excelente instrumento de trabalho.

Entre as coletâneas de estudos esparsos, destacam-se nitidamente as obras de Capistrano de Abreu. Este grande sábio, vindo do Norte do país para fixar residência no Rio, teve um papel de extraordinária importância: conhecedor de toda a literatura européia, trabalhador infatigável, de uma originalidade alerta e sorridente - que de resto se estendia a todos os assuntos - excepcionalmente brilhante, foi um animador tanto quanto um escritor. Sua fantasia emprestava à sua personalidade uma simpatia que lhe multiplicava a ação. Em algumas obras de primeira mão e artigos ou conferências, cuja bibliografia se encontra no tomo IV dos “Anais do Museu Paulista” (1931), nas conversações também, que observações inesperadas fixavam na memória dos auditores, traçou Capistrano novos caminhos, abriu múltiplas perspectivas inéditas, abordando mesmo, aliás com avisada prudência, a etnografia e a linguística paralelamente à história. Aqui assinalaremos apenas seus “Capítulos de história colonial”. Os antecedentes indígenas, os principais aspectos do descobrimento do país e estabelecimento nele dos portugueses, a luta contra os franceses, espanhóis e holandeses, a conquista do interior, são estudados em capítulos de notável densidade e numa linguagem clara e nervosa. Adivinha-se, através da leitura, a espantosa sedução desse grande espírito, cujo encanto estimulante são unânime em louvar todos os que o conheceram.

Uma obra recente, “Primeiros povoadores do Brasil” (1500-1530), de J. F. de Almeida Prado, coloca novamente em discussão o problema do povoamento do país, a que não teria fornecido a imigração portuguesa senão insignificante contribuição. Como o indica o subtítulo

“Formação histórica da nacionalidade brasileira”, pretende o autor continuar sua pesquisa através da história de todo o Brasil colonial. Talvez a preocupação - natural em quem defende tese nova - de não olvidar nenhum aspecto da questão, leve o autor a se estender um pouco demais sobre assuntos afins ao seu. Mas a obra está abundantemente documentada e sua apresentação obedece aos métodos mais precisos. Deste ponto de vista, pode classificar-se ao lado dos trabalhos de Capistrano e Garcia.

Menos adistrita aos fatos, embora baseada em informações muito sérias, coloca-se a obra de Pedro Calmon “Espírito da sociedade colonial”. É um rápido resumo dos costumes, economia, correntes de opinião e artes de outrora. Escrita com leveza, esta obra sem ser exaustiva, é muito interessante.

Noutra ordem de idéias, o livro, também de caráter geral, de M.F. Contreira Rodrigues “Traços da economia social e política do Brasil colonial” representa preciosa tentativa. Apoiase igualmente em abundante literatura anterior, procurando encarar os fatos de tão perto quanto possível e empregando muitas vezes o método estatístico. Embora seja necessariamente rápido e os pormenores possam, de quando em vez, estar sujeitos à revisão, não deixa de ser o trabalho excelente guia para o estudo da valorização do país nos três séculos posteriores ao descobrimento.

Mais limitada e precisa em seu objeto é a obra de Gilberto Freyre “Casa Grande e Senzala”. É um estudo pormenorizado, de notável precisão e extrema riqueza de informações sobre as relações sociais e econômicas do Brasil antigo. De tendência muito generalizadora, tanto sociológica quanto histórica, “Casa Grande e Senzala” também abusa das explicações freudianas. Mas é certamente o trabalho que melhor e mais intimamente nos revela a vida social do antigo Brasil, baseada monocultura dos grandes latifúndios, que determinaram a criação de uma sociedade semi-feudal.

“Com “Casa Grande e Senzala”, que estuda principalmente o Brasil setentrional, entramos na história regional. Neste domínio São Paulo foi durante os últimos anos particularmente favorecido.

Em 1930 apareceu “Vida e morte do bandeirante”, de Alcântara Machado. A obra documenta-se cuidadosamente nos arquivos publicados pelo Estado e pela Cidade de São Paulo e constitui, entre muitas outras,

uma justificação para tais publicações, apressadas sem dúvida, mas que já prestaram muitos serviços. Valeu-se o sr. Alcântara Machado especialmente dos “Inventários e Testamentos”. “Vida e morte do bandeirante” tem, já pelo título, certo aspecto literário que não desmente o estilo preciso e matizado nem a distinção e a arte da escolha na apresentação. É obra notável e penetrante sobre a vida social e econômica de São Paulo do passado, região que, na imensidade brasileira, tinha existência própria, era menos rica do que as do centro e norte e, por isso, encontrava na necessidade um estimulante às iniciativas ousadas de seus bandeirantes que tão longe estenderam o domínio português.

De idêntica elevação é “Paulística”, de Paulo Prado, o amigo e discípulo de Capistrano, a quem é consagrado o último estudo do livro, de uma simplicidade comovente. Abordando os mais variados assuntos, desde a abertura do caminho do mar no século XVI até o martírio do café, no século XX, refletindo as mais diversas influências intelectuais, envolvidos numa direta poesia e atentos dos limites exatos dos fatos conhecidos, unindo a preocupação das idéias gerais à exatidão dos pormenores característicos, os ensaios de “Paulística” constituem um livro cheio de perspectivas, um desses livros de história cujos conhecimentos precisos não prejudicam a comunicativa emoção.

É pela sua abundância e extraordinária riqueza de materiais úteis à história que se distinguem as obras do sr. Afonso de Escragolle Taunay. Ele também se consagrou a outras musas, além de Clio. A literatura, a linguística, a história da arte e mesmo as ciências naturais trouxeram ao diretor do Museu do Ipiranga laboriosas distrações. Mas foi principalmente à história que se dedicou e sua bibliografia comporta nada menos de trinta títulos de obras ou artigos copiosos e sólidos. Deve-lhe a história geral do país um inteiro conjunto de estudos sobre a época colonial, na Bahia e no Rio, sobre as grandes figuras da independência, sobre os viajantes estrangeiros no Brasil nos séculos XVII e XVIII. Mas é principalmente para o Estado de São Paulo que o monumento por ele erigido apresenta excepcional importância. Numa dezena de anos - mas depois de quantos de preparação? - publicou sobre o passado de São Paulo uma dezena de volumes, consagrando uma quinzena de outros, completado por mapas progressivamente melhorados, à glória desses bandeirantes a um tempo semelhantes aos conquistadores espanhóis e tão

diferentes deles que, através de inverossímeis dificuldades e à custa de lutas heróicas, levaram o nome e a influência paulistas até o norte do Brasil, para cuja unidade tão fortemente contribuíram. Nestes livros a documentação caminha a par da obra definitiva e esses columes que carecem entretanto de notas, referências e aparelho crítico, são obras eminentemente de primeira mão, instrumentos de trabalho tanto quanto livros de leitura.

\*

É indiscutível que o conjunto desses trabalhos tem tido no Brasil influência marcada sobre aquilo que chamamos, um pouco vagamente, de opinião. Há uma geração que vem do passado, que se afasta dia a dia, se aproximando, na realidade, dos homens que pensam. Mesmo nas regiões mais vivas e ativas do país, fora dessa elite que mantinha um nível elevado de intelectualidade, a massa, levada por um movimento ardoroso de criação, voltada unicamente para o futuro, não tinha nem o tempo nem a preocupação de olhar para trás. Hoje, que os diversos elementos da população se acham melhor amalgamados e os êxitos conseguidos, firmaram os sentimentos coletivos, os historiadores encontram uma audiência que inclui cada vez mais intimamente as recordações do passado no espírito nacional.

Por isso mesmo, a atenção se concentra de preferência nos acontecimentos e homens do período mais próximo do Império e primeira República. Embora os problemas discutidos no século XIX não apresentem mais grande interesse, no Brasil, como em qualquer parte do mundo, as posições intelectuais, senão políticas, se subordinam ainda a correntes cuja inspiração e orientação não são tão radicalmente diferentes do que eram no último século. Uma literatura abundante mantém aqui também o contato com um passado próximo e bem vivo. Limitar-nos-emos a rápidas indicações. Referem-se em primeiro lugar a livros editados na “Biblioteca Pedagógica Brasileira<sup>2</sup>” Inicialmente indicaremos uma

<sup>(2)</sup> As diversas referências do autor a livros publicados na “Biblioteca Pedagógica Brasileira” devem ser entendidas como referentes à preciosa coleção “Brasiliana”, Cia. Editora Nacional. De fato, no seu início, a “Brasiliana” figurou como sendo uma das séries de uma ampla “Biblioteca Pedagógica Brasileira”.

coletânea de documentos e cartas escritas por D. Pedro II ao Barão de Cotegipe durante seus diversos ministérios e publicadas pelo sr. Wanderley de Pinho. Tudo o que se refere ao último Imperador interessa vivamente todos os brasileiros, os quais conservam sempre para com ele profunda veneração, a tal ponto tão profunda e geral, que Anatole France perguntou certa vez, sorrindo, “Por que o expulsaram então?”

Mencionaremos também uma história realmente notável, em três volumes, da “política exterior do Império”, de um escritor de primeira ordem, que foi também homem público, Pandiá Calógeras. E indicaremos, finalmente, um estudo forte do sr. Alberto de Faria sobre um dos autênticos homens de ação entre os políticos do Império. “Estadista, soldado da liberdade, diplomata, herói de Plutarco”, Mauá, industrial e banqueiro, interessou-se vivamente pela valorização de seu país. Imigração e colonização, urbanismo, estradas de ferro - em particular essa admirável rede, exclusivamente nacional, da “Paulista” - navegação, cabos submarinos, são obras de primeira importância que, todas, tiveram seu apoio. Passou pela dura prova de uma queda a que se seguiu, porém, completa reabilitação. Através da vida desse homem, revelam-se os principais aspectos da história econômica do Brasil no século XIX. Menos densa é a história da escravidão africana no Brasil, de Evaristo de Moraes, dedicada principalmente ao século XIX e à abolição.

Além desta série, outra, consagrada a um mesmo personagem, merece menção especial: a dos estudos do sr. Vilhena de Moraes sobre Caxias, o “duque de ferro”, general, ministro e presidente do Conselho, que representou papel importante no Brasil, como militar, não só em certos movimentos políticos como, ainda, na Guerra do Paraguai, em 1867. A obra é apresentada com muita modéstia, mas realizada com precisão e perfeição segura na documentação. De caráter mais geral é o livro do dr. Alfredo Valladão, “Da aclamação à maioria”, excelente e cômodo resumo da situação do Brasil em 1822, que esclarece diversos aspectos da história do país dessa data até 1840, especialmente com referência à abdicação de D. Pedro I. Muito sumário e passivelmente tendenciosa, parece-nos a “Evolução política do Brasil”, de Caio Prado Júnior.

A história da arte, embora tratada de modo desigual, não escapou à curiosidade dos pesquisadores. As cidades da época colonial, Recife e Rio de Janeiro, e, principalmente Bahia, cuja riqueza na matéria

é assombrosa, assistiram ao desenvolvimento muito interessante de uma arte copiada naturalmente de Portugal. Já assinalei o volume consagrado pelo Instituto Histórico Brasileiro ao convento de São Francisco da Bahia; talvez mais curiosa ainda, porém, seja a verdadeira explosão artística que se produziu em Minas Gerais, na região aurífera. Zonas ainda dominadas pela floresta virgem no princípio do século XVIII, viam alguns lustros mais tarde multiplicar-se as igrejas e não raro outros monumentos, e residências particulares de uma suntuosidade e fantasia incríveis: as igrejas de Ouro Preto, Mariana, Sabará, Congonhas, São João del Rei, para não citar senão as principais, são fulgurantes. A história dessa arte está iniciada e alguns estudos, em particular, como o do sr. Renato Guimarães, foram dedicados ao artista mais conhecido da região, o Aleijadinho, de uma originalidade singular mas robusta, que continuou a trabalhar mesmo depois de ter perdido ambas as mãos.

Como se vê, não há domínio que não tenha sido explorado por historiadores especializados e, sem dúvida, deveríamos assinalar pelo menos o interesse que apresentam para a história os “franco-atiradores” no gênero do romancista Paulo Setubal, cujos livros, sem pretender ao rigor científico, criam um ambiente favorável à preocupação do passado. O número de pesquisadores cresce. A técnica, antes privilégio de uma ínfima minoria, se impõe a grupos dia a dia maiores. A criação recente de duas Faculdades de Letras, a de São Paulo e a do Rio, em 1934 e 1936, respectivamente, vai necessariamente aumentar tanto as exigências do público culto como as aptidões dos historiadores.

A própria preparação desse público progride hoje consideravelmente. Um esforço está sendo levado a efeito em todo o país no sentido de espalhar a instrução. Professores e alunos encontram à sua disposição manuais absolutamente notáveis. Devemos assinalar, neste campo, pelo menos o manual tão expressivo e pedagógico do sr. Jônatas Serrano, “História do Brasil”, editado pela Livraria Briguiet, e a coleção, talvez desigual mas, no conjunto, a um tempo densa e clara, de pequenos resumos da história de cada um dos Estados, publicada pela Companhia Melhoramentos de São Paulo.

Como se vê, encontramos sempre, na base dos esforços científicos de pesquisa original e vulgarização, algumas grandes firmas comerciais de iniciativas meritórias. Um simples fato, característico,

mostra bem que, mesmo do ponto de vista material, por assim dizer, se acha esse mundo, a um tempo imenso e de pequena densidade, em plena ascensão. Nos trabalhos não destinados ao grande público, “esqueciam” os editores, até agora, de imprimir a data de suas edições, o que faziam, dizem, para que não se traísse ao fim de algum tempo a idade de seus livros. É este um hábito que tende a perder-se e o desenvolvimento dos meios cultos assegurará ao livro de cultura mercados cada vez mais extensos.

Até agora os esforços tentados no sentido de manter o público a par dos trabalhos históricos não têm sido coroados de êxito. Fora das publicações, geralmente anuais, de diversos institutos ou ainda, por exemplo, do Museu Paulista, nenhuma revista conseguiu viver muito tempo. A mais recente tentativa foi a da interessante “Revista de Filosofia e História”, da Livraria J. Leite, do Rio, em 1931. Porém, em 1934, a municipalidade de São Paulo lançou uma revista mensal “Revista do Arquivo Municipal”, de uma concepção muito larga, que conjuga aos inquéritos mais atuais a publicação de textos antigos e estudos mais diversos. Eficientemente apoiada, interessando os meios mais variados, parece destinada a um papel ativo e útil.<sup>3</sup>

Talvez tenha sido a preparação do público nestes últimos anos mais rápida do que a formação dos historiadores. A Sociedade Capistrano de Abreu - iniciativa que convém ainda mencionar - institui concursos de história que pode, multiplicando seus esforços, dotar de prêmios. Já aconteceu não lhe ter sido enviado nenhuma memória. E daí, aparece bem clara a necessidade de novas faculdades onde professores experimentados possam guiar e estimular os futuros sábios.

Desde já mostram a excelência de muitos trabalhos, em nada inferiores às melhores publicações da Europa, a multiplicidade das obras de pesquisa, que o Brasil consegue aos poucos, em história, um lugar insuficientemente conhecido ainda, mas dia a dia mais importante entre os das outras ciências. Terá ele, sem dúvida, um papel cada vez mais importante entre os países que criam “au jour le jour” uma civilização cujos conhecimentos positivos e metódicos, apoiados na mais larga experiência humana, constituem um dos elementos essenciais.

---

<sup>(3)</sup> De fato, a “Revista do Arquivo Municipal” que o Prof. Coornaert conheceu nos seus primeiros números foi uma das publicações históricas de maior duração, alcançando bem mais de duzentos números, com um “papel ativo e útil” na cultura brasileira.